

A prevalência e concentração do Investimento Directo Chinês em Moçambique: será que importa?

Michael Godet Sambo

Introdução

Não se pode questionar a relevância do investimento, quer estrangeiro quer nacional, num contexto de ociosidade da economia como no caso de Moçambique, porém, é imperioso reflectir sobre a dominação de uma única fonte de investimento para o país, e sendo esta fonte externa. O que claramente se sabe em Moçambique, embora sem a dimensão exacta, é que este é um país rico em recursos minerais e energéticos, bem como em flora, fauna, recursos hídricos e terras aráveis. Contudo, estes recursos, de forma geral, estão subexplorados em quase todo o território nacional. De facto, não existe uma quantificação exacta dos recursos de que Moçambique dispõe, nem existe a capacidade interna para pesquisar, extrair, transformar ou até utilizar tais recursos, facto que impõe a necessidade de buscar Investimento Directo Estrangeiro (IDE). Por esta razão, o governo tem envidado esforços no sentido de atrair investimento externo para Moçambique, sendo a China um dos principais parceiros do governo, e aparentemente preferencial. No entanto, uma análise a partir dos dados de 2006 a 2017, da Agência para a Promoção de Investimento e Exportações (APIEX)¹, outrora Centro de Promoção de Investimento (CPI),² revela que tem havido um grande desequilíbrio do volume de IDE entre os principais investidores em Moçambique, a favor da China. A questão que se coloca é que implicações essa discrepância pode ter para a economia moçambicana, e se tais implicações têm alguma relevância?

Este texto baseia-se no artigo do livro *Desafios para Moçambique 2019* (Sambo, 2019a) e na apresentação feita na conferência de celebração dos 10 anos da série deste livro (Sambo, 2019b), os quais analisam o IDE dos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) em Moçambique. Sustentado pela evidência do crescimento e predomínio do investimento chinês sobre os BRICS, e sua respectiva concentração em alguns sectores estratégicos

da economia, o texto argumenta que o predomínio do IDE de um único país na economia moçambicana pode perigar a autonomia nacional em termos económicos e políticos. O texto inicia com a demonstração da crescente importância da China para Moçambique através do seu contributo para o IDE seguindo-se da sua distribuição geográfica e sectorial e uma breve análise e conclusão.

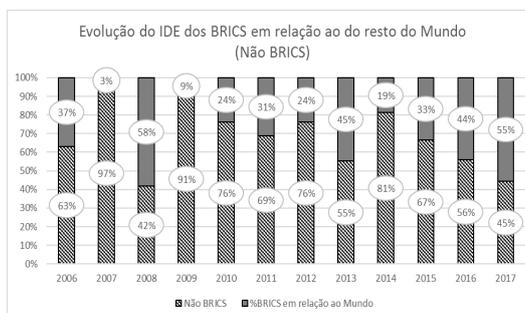


Figura 1: Evolução do IDE dos BRICS em relação ao resto do

O IDE chinês e sua distribuição em Moçambique

É de salientar, primeiro, que nos últimos três anos da nossa análise, isto é, entre 2015 e 2017, a importância da China sobre a economia moçambicana tem crescido de modo significativo, quer através dos BRICS ou individualmente, chegando a quase contrabalançar todo o resto do IDE que aflui ao país. Importa notar que, de acordo aos dados do CPI, a tendência do IDE mundial é decrescente com um grau de acentuação relativamente alto em comparação com o grau de acentuação da curva de tendência crescente do IDE dos BRICS. No entanto, o crescimento do investimento dos BRICS é notável, sobretudo a partir do ano de 2010 em que se verifica que as flutuações do IDE mundial responderam directamente as flutuações do IDE dos BRICS, com excepção apenas do ano 2014 em que o investimento dos países não BRICS teve uma variação positiva contra uma ligeira diminuição do IDE dos

BRICS, facto que resultou na acentuada diminuição da proporção do IDE dos BRICS. Por sua vez, em 2015, o IDE dos não BRICS caiu de forma acentuada, de cerca de 2.5 biliões de dólares americanos, para perto de 420 milhões de dólares, contra uma queda menos acentuada dos BRICS de 464 milhões para 141 milhões de dólares, facto que permitiu a recuperação do peso dos BRICS no IDE de Moçambique. Porém, deste ponto em diante, o investimento dos BRICS retomou o crescimento de forma robusta influenciando a tendência do IDE mundial e crescendo em seu peso no investimento total a ponto de atingir 55% em 2017, isto é, mais da metade do IDE daquele ano (Vide, figura 1). No entanto, é importante salientar que de 2015 a 2017, o IDE dos BRICS deveu-se em mais de 70% ao investimento da China, que ditou o seu crescimento, tendo atingido 87% do peso daquele investimento em 2017 (vide. figura 2). Daí se percebe o domínio do IDE da China quer sobre o grupo BRICS, bem como sobre os demais países investidores em Moçambique, o que requer uma reflexão sob ponto de vista estratégico.

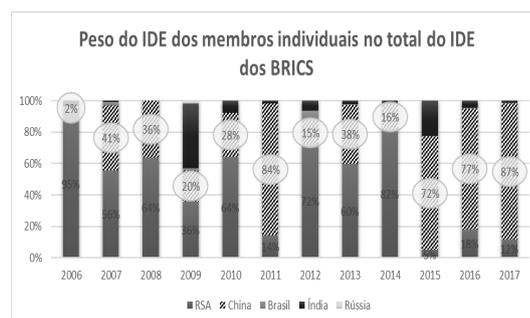


Figura 2: Peso do IDE dos membros individuais no total do IDE dos BRICS

Por seu turno, e em segundo plano, importa também destacar que o investimento chinês não está distribuído, geográfica e sectorialmente de forma equilibrada. Do ponto de vista geográfico, 83% do investimento chinês se concentra na região Sul do país, com maior destaque para Maputo que recebeu ao longo do período 69% do total de investi-

¹Aglutina o CPI, o GAZEDA (Gabinete das Zonas Económicas de Desenvolvimento Acelerado) e o IPEX (Instituto para a Promoção das Exportações).

²De notar que o texto se baseia apenas nos dados desta instituição, CPI, actualmente integrante da APIEX, o que pode constituir em si uma fragilidade, visto que esta entidade não regista todo o investimento que entra no país, mas sim aquele que pretende obter algum benefício dos incentivos que o Estado oferece.

mento chinês (vide figura 3), o que corresponde a 1 037 milhões de dólares. Note-se que para além da concentração geográfica na zona sul, em particular Maputo, este investimento também se concentra ao nível de três sectores de actividade quer no âmbito nacional ou ao nível de Maputo. Ao nível de Maputo, o investimento chinês se concentra primeiro, no sector das Construções e Obras Públicas (46%), seguidos da Indústria (31%) e do Turismo e Hotelaria (17%) (vide figura 4). Esta ordem de concentração a nível sectorial é relativamente diferente no âmbito nacional, em que o sector de Indústria é dominante (41%), seguido dos sectores de Construção e Obras Públicas (36%) e Turismo e Hotelaria (13%). Porém, é facto que estes três sectores-chaves para a economia nacional concentram 94% do investimento chinês ao nível da capital do País, Maputo, e cerca de 90% ao nível do país.

Breve análise das implicações

As análises gráficas até aqui apresentadas revelam pelo menos dois aspectos essenciais para análise do fenómeno da dominação do investimento chinês e que vale a pena reflectir sobre eles. Primeiro, que segundo os dados em análise, o investimento dos BRICS tem superado o investimento do resto do mundo em Moçambique, e por sua vez que o investimento da China domina sobre o dos BRICS a ponto de se tornar a sua respectiva força motriz. Segundo, que o investimento da China é altamente concentrado quer geograficamente bem como ao nível sectorial, e de forma estratégica quer economicamente como politicamente.

Estes dois aspectos são estratégicos sob ponto de vista de soberania nacional na medida em que, por um lado, a concentração do investimento externo em sectores económicos estratégicos reduzem a capacidade do Governo de influenciar a economia nacional. Pois, os sectores de Construção e Obras Públicas e o da Indústria são chaves na prossecução de políticas fiscais expansivas com significativo efeito sobre o emprego e a produção global. Note-se que, classicamente, a maneira de um governo estimular o crescimento da economia é fomentando os gastos do Governo em Obras Públicas, facto que irá impulsionar o emprego directo e indirecto aumentando a circulação monetária e a produção através do chamado "efeito multiplicador". Alternativamente, o Governo pode baixar os impostos a favor das indústrias, o que por seu turno iria reduzir os seus custos de produção e as estimular a empregar mais gente de modo a aumentar a produção inter-

na. Importa notar que estas análises se centram na mobilização de agentes económicos nacionais que dinamizam a actividade económica através da utilização dos recursos internos. Por sua vez, o sector de Turismo e Hotelaria visa a promoção do que é intrínseco ao local a que se refere, e tem maior impacto económico quando para além das contribuições fiscais, tem fortes ligações com a economia local e nacional para o suprimento de bens e serviços, e os lucros são retidos internamente. Porém, se estes sectores forem dominados pelo investimento estrangeiro, e tanto mais se tiverem preferência pela contratação de mão-de-obra, bem como de aquisição de bens e serviços no estrangeiro, a capacidade do Estado em influenciar a economia poderá ficar fragilizada, e a adopção daquelas políticas poderá apenas beneficiar as economias estrangeiras.

Conclusão

Com base nas análises gráficas e de algumas possíveis implicações da dominação do investimento de um único país estrangeiro no investimento directo estrangeiro, conclui-se que essa predominância aliada à sua concentração em sectores estratégicos da economia, bem como às áreas geográficas chaves como é o caso da capital, podem sim fragilizar a autonomia nacional.

Porém, é importante aqui salientar que a análise aqui apresentada não é conclusiva em relação a Moçambique visto que, primeiro, os dados utilizados não representam efectivamente o investimento realizado nesse período, e sim o investimento aprovado³. Segundo, porque os dados analisados não representam o universo do investimento nos sectores aqui apresentados, nem incluem os investimen-

tos realizados em alguns sectores significativos da economia moçambicana, como é o caso dos sectores dos Recursos Minerais e Energia, e dos Bancos, Seguros e Leasing.

No entanto, fica claro que vale a pena, sim, analisar e reflectir sobre a prevalência de qualquer investimento externo na economia moçambicana ou de qualquer outra nação, e bem assim da sua distribuição quer espacial como sectorial como forma de zelar pela integridade económica e política da nação.

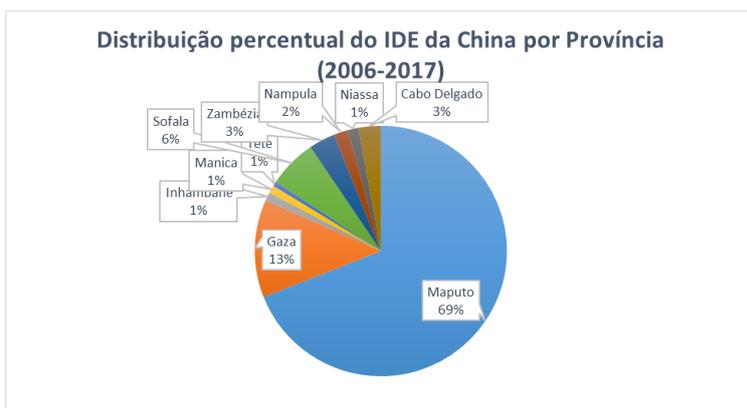


Figura 3: : Distribuição geográfica do IDE da China

Por outro lado, a concentração geográfica do investimento chinês na zona sul do país, e em particular em Maputo, por ser a capital política e económica do país é estratégica sob ponto de vista de autonomia porquanto assegura para a China um elevado poder negocial face ao Governo de Moçambique. Pois, a estabilidade económica é determinante para a estabilidade política, e por sua vez, caso a economia da capital do país esteja sob domínio de um país terceiro, o país como um todo poderá, eventualmente, estar a mercê das demandas daquele país terceiro sob o risco de ver a sua economia abalada e conseqüentemente sua situação política.

Referências bibliográficas

- Sambo, M.G. (2019a) Panorama, reflexões e desafios do IDE da China em Moçambique no contexto dos BRICS. In: Sergio Chichava (ed.). Desafios para Moçambique 2019. [Online]. Maputo, Moçambique, IESE. p. 335. Available from: http://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2019/12/art_msambo.pdf.
- Sambo, M.G. (2019b) Panorama, reflexões e desafios do IDE da China em Moçambique no contexto dos BRICS. [Online]. Available from: http://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2019/09/Conf2019_MSambo.pdf.

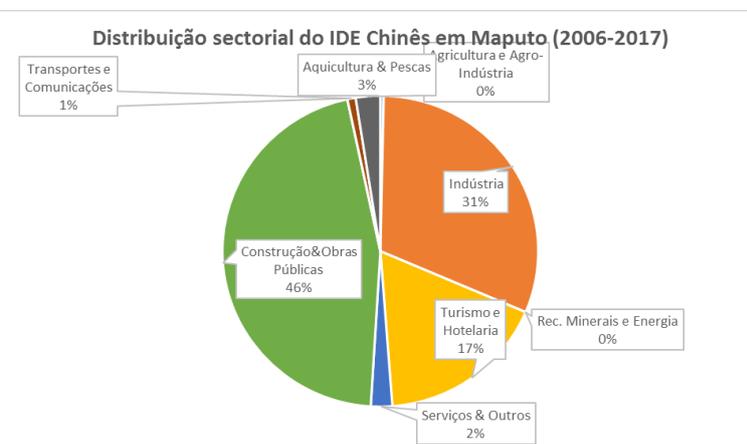


Figura 4: Distribuição sectorial do IDE da China em Maputo

Bases de dados do Centro de Promoção de Investimento (CPI), 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016 e 2017.

³Que pode também ser percebido como intensões de investimento.